Lucro do BNDES cresce 59% e chega a R$ 2,7 bilhões

O lucro líquido recorrente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cresceu 59% no primeiro trimestre de 2024 em comparação com o mesmo período de 2023 (R$ 1,7 bilhão). Nos três primeiros meses deste ano, o valor chegou a R$ 2,7 bilhões. Os dados foram divulgados nesta quinta-feira pelo banco. A instituição também ampliou sua carteira de crédito e seu patrimônio líquido chegou a R$ 155 bilhões. É uma alta de 17,39% frente ao anotado no primeiro trimestre do ano passado.

As aprovações de crédito também cresceram, somando R$ 24,7 bilhões, aumento de 91% em relação a 2023, o melhor resultado dos últimos dez anos. O volume de aprovações cresceu expressivamente em todos os recortes setoriais, chegando a aumento de 50% na agropecuária (R$ 6,8 bilhões), 189% na indústria (R$ 6,9 bilhões), 65% em comércio e serviços (R$ 4,4 bilhões) e 97% na infraestrutura (R$ 6,6 bilhões). O resultado inclui operações diretas, indiretas (via agentes financeiros).

"Os resultados revelam que o BNDES voltou a exercer o papel fundamental de principal financiador do desenvolvimento do país. E que a política de neoindustrialização do governo do presidente Lula está no caminho certo. As empresas querem investir em inovação, em sustentabilidade e em tecnologia e nós estando dando acesso a crédito para esse fim. Isso significa mais empregos qualificados, mais renda e o caminho para a transição energética indispensável diante dos eventos de extremos climáticos", afirmou o presidente da instituição, Aloizio Mercadante.

Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. Joao Amorim" - Hospital Municipal Dr. Evandro Freire e CER Ilha - Rio de Janeiro

CNPJ: | 66.518.267/0011-55

Demonstrações Contábeis Exercício de 2023

Balanço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)

Ativo	Notas	2023	2022
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	4	46.902,22	1.250.024,90
Adiantamentos a Fornecedores		271.946,05	84.334,44
Adiantamentos a Empregados	5	450.767,41	417.974,61
Impostos Recuperáveis		51.785,13	51.452,72
Créditos de Contrato de Gestão	6	27.600.828,19	26.480.382,21
Outros Créditos		15.944,37	15.944,37
Estoques	7	3.218.792,70	3.572.955,63
Despesas Antecipadas		1.831,50	1.131,51
		31.658.797,57	**31.874.200,39**
Ativo não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		-	-
Imobilizado	8	940.309,00	693.441,50
Intangível	9	8.948,19	18.387,75
		949.257,19	**711.829,25**
Total do Ativo		**32.608.054,76**	**32.586.029,64**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2023	2022
Passivo Circulante			
Fornecedores		2.768.876,75	3.853.727,97
Obrigações Trabalhistas	10	3.016.855,54	3.090.153,86
Obrigações Sociais e Fiscais	11	1.945.665,80	1.858.490,79
Empréstimos Bancários	12	10,99	2.000.000,00
Contas a Pagar	13	17.707.428,98	17.771.477,31
Provisões para Férias e Encargos		6.998.911,39	6.540.918,43
		32.437.749,45	**35.114.768,36**
Passivo não Circulante			
Provisões para Contingências	14	963.806,60	1.193.825,02
Bens Públicos em nosso poder	15	949.257,19	711.829,25
		1.913.063,79	**1.905.654,27**
Patrimônio Líquido Negativo			
Patrimônio Social		(4.434.392,99)	(1.624.953,94)
Superávit/Déficit do Exercício	28	2.691.634,51	(2.575.587,06)
Transferências Patrimoniais		-	(233.851,99)
		(1.742.758,48)	**(4.434.392,99)**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**32.608.054,76**	**32.586.029,64**

Demonstração do Resultado dos Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)

	Notas	2023	2022
Receitas Líquidas	16	**90.883.614,70**	**81.993.685,42**
Contrato de Gestão e Convênios	17	91.121.042,64	81.469.655,37
Realização de Bens Públicos em nosso poder		219.985,51	643.574,85
(-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado	3.h	(457.413,45)	(119.544,80)
Custos		**(83.888.638,58)**	**(80.357.883,62)**
Pessoal e Reflexo	19	(63.729.418,48)	(60.243.007,36)
Serviços Terceirizados	20	(8.047.950,25)	(7.253.153,34)
Medicamentos e Materiais de Consumo	21	(12.111.269,85)	(12.861.722,92)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	26	(15.527.739,59)	(14.437.602,79)
(-) Isenção da CPP Usufruída	26	15.527.739,59	14.437.602,79
(=) Resultado Bruto		**6.994.976,12**	**1.635.801,80**
Despesas		**(4.647.462,17)**	**(7.480.847,49)**
Impostos, Taxas e Contribuições		(61.595,99)	(16.366,52)
Despesas Gerais	22	(4.543.866,18)	(7.464.480,97)
Provisões para Contingências		(42.000,00)	-
Outras Receitas Operacionais		**497.954,95**	**3.348.257,67**
Receitas com Doações		212.873,02	2.359.480,92
Outras Receitas		285.081,93	988.776,75
(=) Resultado antes das Rec/Desp Financeiras		**2.845.468,90**	**(2.496.788,02)**
Resultado Financeiro	18	**(153.834,39)**	**(78.799,04)**
Receitas Financeiras		221.607,81	233.824,81
(-) Despesas Financeiras		(375.442,20)	(312.623,85)
Superávit/Déficit do Exercício	28	**2.691.634,51**	**(2.575.587,06)**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(4.540.426,92)**	**2.915.472,98**	-	**(1.624.953,94)**
Incorporação do Superávit/Deficit	2.915.472,98	(2.915.472,98)	-	-
Transferências Patrimoniais	-	-	(233.851,99)	(233.851,99)
Superávit/Déficit do Exercício	-	(2.575.587,06)	-	(2.575.587,06)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(1.624.953,94)**	**(2.575.587,06)**	**(233.851,99)**	**(4.434.392,99)**
Incorporação do Superávit/Déficit	(2.575.587,06)	2.575.587,06	-	-
Incorporação das Transferências Patrimoniais	(233.851,99)	-	233.851,99	-
Transferências Patrimoniais	-	-	-	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	2.691.634,51	-	2.691.634,51
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(4.434.392,99)**	**2.691.634,51**	-	**(1.742.758,48)**

Demonstração do Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)

	2023	2022
Atividades Operacionais		
Superávit / (Déficit) do Exercício	2.691.634,51	(2.575.587,06)
(Aumento) Redução do Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores	(187.611,61)	(70.437,39)
Adiantamentos a Empregados	(32.792,80)	34.582,40
Impostos Recuperáveis	(332,41)	(38.004,96)
Créditos com Convênios	(1.120.445,98)	(1.729.426,69)
Outros Créditos	-	354.305,58
Estoques	354.162,93	(2.075.842,20)
Despesas Antecipadas	(699,99)	156,03
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	(1.084.851,22)	1.695.151,01
Obrigações Trabalhistas	(73.298,32)	439.540,42
Obrigações Sociais e Fiscais	87.175,01	670.287,54
Provisões para Férias e Encargos	457.992,96	879.761,53
Provisão para Contingências	(230.018,42)	(26.040,00)
Outras Obrigações	(64.048,33)	1.573.908,11
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	**796.866,33**	**(867.645,68)**
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	(457.413,45)	(119.544,80)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	**(457.413,45)**	**(119.544,80)**
Atividades de Financiamento		
Recebimento de Numerário para Aquis. de imobilizado	457.413,45	119.544,80
Recebimento Empréstimos e Empréstimos	(1.999.989,01)	2.000.000,00
Incorporação ao Patrimônio Líquido	-	(233.851,99)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	**(1.542.575,56)**	**1.885.692,81**
Variação Líquida nas Disponibilidades	**(1.203.122,68)**	**898.502,33**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Disponibilidades no Início do Exercício	1.250.024,90	351.522,57
Disponibilidades no Final do Exercício	46.902,22	1.250.024,90
Variação Líquida nas Disponibilidades	**(1.203.122,68)**	**898.502,33**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (em Reais)

1. Contexto Operacional: O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Marica e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM - Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fernando Proença de Gouvêa. O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** qualificado como Organização Social, através do Contrato de Gestão nº 006/2012 firmado com a **Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro** em 27 de março de 2012, com prazo de vigência inicial de dois anos e renovações ocorridas através dos Termos Aditivos nº 008/2014 e nº 015/2015, vem desenvolvendo ações e serviços de saúde em duas unidades: **Hospital Municipal Dr. Evandro Freire (Hospital da Ilha) e CER Ilha**, com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde. Em 26 de setembro de 2015, foi firmado o Contrato de Gestão nº 037/2015, com prazo de vigência de 2 (dois) anos, para continuidade das ações e serviços de saúde no **Hospital Municipal Dr. Evandro Freire (Hospital da Ilha)** e **CER Ilha,** pelo período de 27 de setembro de 2015 a 26 de setembro de 2017, com recursos no montante de R$ 132.703,307,52, não sendo o **CER Centro** contemplado nesta renovação. Em 15 de setembro de 2021, foi firmado o Termo de Colaboração nº 010/2021, com prazo de vigência de 1 (um) ano, para continuidade das ações e serviços de saúde no **Hospital Municipal Dr. Evandro Freire (Hospital da Ilha)** e **CER Ilha,** com recursos no montante de R$ 80.488.093,31. As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade.

2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis: 2.a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreende as disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), e a lei complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e sem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.a) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. • **Caixa e equivalentes de caixa**: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. • **Instrumentos financeiros derivativos**: não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2023 e 2022. **3.b) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los a suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas. **3.c) Imobilizado: • Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidas para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2023 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2022. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Benfeitorias em imóveis: 25 anos; • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos. **3.d) Intangível: • Reconhecimento, mensuração e amortização:** ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.e) Redução ao valor recuperável (impairment): • Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** por meio do resultado, ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

3.f) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável): Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.g) Patrimônio social:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. **3.h) Receitas:** As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos compromissados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.i) Despesas:** As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.k) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

Fundo Fixo de Caixa	2023	2022
Caixa	3.429,40	1.790,71
	3.429,40	**1.790,71**
Bancos - Conta Movimento	**2023**	**2022**
Banco do Brasil S.A.	-	1.246.680,69
	-	**1.246.680,69**

Bancos - Aplicações Financeiras	2023	2022
Banco do Brasil S.A.	43.472,82	1.553,50
	43.472,82	**1.553,50**

A Entidade mantém a parcela disponível do resultado apliçado financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

5. Adiantamento a Empregados	2023	2022
Adiantamentos de Férias	450.477,34	417.974,61
Adiantamentos de Ordenados	290,07	-
	450.767,41	**417.974,61**

6. Créditos de Contrato de Gestão	2023	2022
CG 37/2015 OS/RJ	24.750.955,52	24.750.955,52
CG 10/2021 OS/RJ	2.849.872,67	1.729.426,69
	27.600.828,19	**26.480.382,21**

7. Estoques	2023	2022
Nutrição Enteral	12.854,44	14.983,41
Medicamentos	572.157,12	1.493.258,33
Materiais Médico Hospitalar	464.110,71	457.807,94
OPME	23.008,30	15.474,01
Material Expediente/Escritório	60.495,36	59.125,36
Material de Limpeza	55.749,04	39.815,25
Material de Informática	12.582,42	7.678,87
Material de Limpeza	10.648,13	21.440,21
Material de EPI	1.493,72	-
Material de Higiene	36.555,73	32.777,02
Gêneros Alimentícios	73.689,82	97.318,92
Utensílios de Copa	12.143,00	12.055,33
Uniforme e Rouparia	13.968,75	293,30
Material Permanente	97.492,56	430.831,00
Empréstimo de MAT/MED	1.771.843,60	890.099,68
	3.218.792,70	**3.572.955,63**

8. Imobilizado

Imobilizado de Gestão Pública	Taxa	2023	2022
Benfeitorias em Imóveis	25%	251.890,90	251.890,90
Máquinas e Equipamentos	10%	389.224,98	383.836,63
Equipamentos de Uso Médico	10%	6.441.811,90	6.031.211,90
Equipamentos de Informática	20%	1.263.247,20	1.242.221,95
Móveis e Utensílios	10%	1.238.955,03	1.218.555,18
(-) Depreciação Acumulada		(8.644.821,01)	(8.434.275,06)
		940.309,00	**693.441,50**

Conforme preceituado no contrato de gestão firmado entre o CEJAM e a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

9. Intangível

Intangível de Gestão Pública	Taxa	2023	2022
Direito de Uso de Sistemas	20%	758.658,34	758.658,34
(-) Amortização Acumulada		(749.710,15)	(740.270,59)
		8.948,19	**18.387,75**

10. Obrigações Trabalhistas	2023	2022
Salários a Pagar	2.986.869,55	3.016.700,62
Rescisões a Pagar	8.236,27	-
Pensões Alimentícias a Pagar	21.618,48	24.470,52
Acordos Trabalhistas a Pagar	-	48.982,72
Penhora Judicial a Pagar	131,24	-
	3.016.855,54	**3.090.153,86**

11. Obrigações Sociais e Fiscais	2023	2022
INSS a Recolher	203.426,29	234.667,55
FGTS a Recolher	510.782,10	485.686,84
IRRF a Recolher	1.198.069,67	1.101.876,50
CSRF a Recolher	18.740,21	16.165,34
INSS Retido de PJ a Recolher	4.430,80	4.473,59
ISS Retido na Fonte a Recolher	2.365,45	675,00
ISS Retido de Autônomos	1.647,72	3.756,21
INSS Retido de Autônomos a Recolher	6.203,56	11.189,76
	1.945.665,80	**1.858.490,79**

12. Empréstimos Bancários	2023	2022
Banco Santander S.A. (Conta Garantida)	10,99	2.000.000,00
	10,99	**2.000.000,00**

A entidade possui contrato de conta garantida (capital de giro) com o Banco Santander, com limite máximo de R$ 2.000.000,00, para garantir suas as operações em caso de insuficiência de caixa. A taxa juros pós-fixadas equivale a 0,71% a.m. no Santander, acrescida do CDI.

13. Contas a Pagar	2023	2022
CEDAE - Companhia Estadual de Água ES	1.767.223,60	1.767.223,60
Light Serviços de Eletricidade S.A.	14.253.573,88	13.717.861,99
Telemar Norte Leste	-	122,59
Empresas Credoras de Materiais e Medicamentos	1.394.465,45	1.105.528,25
Recebimento Antecipado	-	1.050.000,00
Águas do Rio 4 SPE	120.633,01	130.740,88
Consignações Vinculadas a Folha	171.533,04	-
	17.707.428,98	**17.771.477,31**

14. Provisões para Contingências	2023	2022
Provisões para Contingências Trabalhistas	921.806,60	1.193.825,02
Provisões para Contingências Cíveis	42.000,00	-
	963.806,60	**1.193.825,02**

A entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais. Baseadas em avaliações internas de assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota os procedimentos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos. A entidade, com relação a esta filial, figura em outros processos trabalhistas e cíveis avaliados com perda possível no montante de R$ 3.711.215,85, sem provisão constituída, estando assim distribuídos:

Processos com Perda Possível	2023	2022
De natureza Trabalhista	2.865.555,85	2.582.274,79
De natureza Cível	845.660,00	-
	3.711.215,85	**2.582.274,79**

15. Bens Públicos em Nosso Poder: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R$ 949.257,19 em 2023 e R$ 711.829,25 em 2022, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término dos contratos de gestão ou convênios. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo. **16. Receitas Operacionais Líquidas:** A receita corresponde o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente a nova norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço. Como historicamente é efetuado pela Entidade, foi constituída a conta de Créditos a Receber, com nota explicativa própria, para os casos de serviços prestados, faturados ou não (na norma, estabelecida como "saldos de contrato"). Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Contratos de Gestão, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas, quando aplicável, no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber, com base nos dados históricos.

17. Receitas com Termo de Colaboração	2023	2022
Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil		
Termo de Colaboração 10/2021	91.121.042,64	81.469.655,37
	91.121.042,64	**81.469.655,37**

18. Receitas e Despesas Financeiras	2023	2022
Rendimentos de Aplicações Financeiras	216.732,05	228.918,41
Descontos Obtidos	4.543,29	4.905,40
Juros e Atualizações Monetárias	332,47	-
(-) Tarifas Bancárias	(22.333,17)	(108.541,15)
(-) Juros Bancários	(73.855,05)	(39.625,98)
(-) Juros e Mora de Fornecedores	(279.091,25)	(164.390,08)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(162,73)	(66,64)
	(153.834,39)	**(78.799,04)**

19. Custos com Pessoal Próprio	2023	2022
Remunerações	56.401.071,93	53.282.142,64
Benefícios	2.543.901,59	2.047.293,50
Encargos Sociais	4.784.444,96	4.913.571,22
	63.729.418,48	**60.243.007,36**

20. Custos com Serviços Terceirizados	2023	2022
Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas	4.203.526,75	3.779.528,19
Serviços Diversos por Pessoas Jurídicas	3.076.374,10	2.262.440,54
Serviços Prestados por Pessoas Físicas	768.049,40	1.211.184,61
	8.047.950,25	**7.253.153,34**

21. Custos com Medicamentos e Materiais de Consumo	2023	2022
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	9.709.076,62	10.473.800,59
Materiais de Consumo	1.890.844,63	1.697.002,37
Materiais de Conservação e Reparos	241.713,86	113.667,93
Outros Materiais e Insumos	269.634,74	577.252,03
	12.111.269,85	**12.861.722,92**

22. Despesas Gerais	2023	2022
Contas de Consumo (Água, Luz, Gás e Telefone)	1.936.716,29	3.992.396,45
Aluguéis (Imóveis, Equipamentos e Aparelhos)	615.070,73	369.856,15
Administrativas	1.613.897,53	2.189.321,55
Bens Não Imobilizados	31.037,00	-
Reformas e Benfeitorias	53.200,00	-
Outras Despesas Gerais	293.944,63	912.906,82
	4.543.866,18	**7.464.480,97**

23. Coberturas de Seguros: A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

24. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos: A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios mais previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal, e dos convênios firmados com estes poderes. **25. Certificado Beneficente de Assistência Social (CEBAS)**: Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024. 26. Imunidade das Contribuições Previdenciárias (Quota Patronal)**: A entidade é imune as Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições usufruídas. Esses valores anuais equivalem à imunidade alcançada nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A imunidade das contribuições sociais usufruídas no ano de 2023 foi de R$ 15.527.739,59 e do ano de 2022 foi de R$ 14.437.602,79 e está registrada em conta própria de "Compensação da Imunidade Patronal Previdenciária", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Imunidade das Contribuições Previdenciárias	2023	2022
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(15.374.129,71)	(14.195.365,86)
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(153.609,88)	(242.236,93)
	(15.527.739,59)	**(14.437.602,79)**
(-) Imunidade Usufruída		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	15.374.129,71	14.195.365,86
(-) Cota Patronal s/ Serv. Prest. por. Pessoas Físicas	153.609,88	242.236,93
	0,00	**0,00**

27. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 e 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprov